

*Estado do Rio Grande do Sul*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO**

Ofício GP Nº 132/2016

São Jerônimo, 02 de junho de 2016.

**Exmo. Sr.**

**Amaro Jerônimo Vanti de Azevedo**  
**Presidente Câmara de Vereadores**  
**São Jerônimo – RS**

Senhor Presidente,

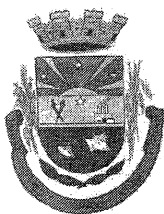
Apraz-nos cumprimentar Vossa Excelência, bem como aos membros desta Colenda Câmara de Vereadores, ao mesmo tempo em que lhes encaminhamos o Projeto de Lei nº 55/2016, em apenso, que Cria o Sistema Municipal de Ensino de São Jerônimo-RS e dá outras providências.

O presente projeto de lei se justifica pela necessidade do cumprimento do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13005 de 24/06/2014 e do Plano Municipal de Educação, Lei Municipal nº 3368 de 22/06/2015.

Sendo o que tínhamos para o momento, requeremos a apreciação e votação do presente projeto de lei.

Atenciosamente,

  
**Marcelo Luiz Schreinert,**  
**Prefeito Municipal.**



*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO**

PROJETO DE LEI Nº 55 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

### **CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JERÔNIMO-RS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de São Jerônimo-RS, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e é sancionada a seguinte Lei, na forma da Lei Orgânica em vigor:

**Art. 1º** Esta Lei institui e disciplina o Sistema Municipal de Ensino de São Jerônimo-RS, tendo como fundamentos a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, as normativas do Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação, a Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis.

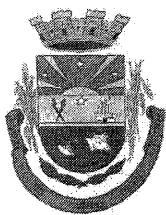
**Art. 2º** Fica criado o Sistema Municipal de Ensino de São Jerônimo-RS, nos termos da presente Lei.

**Art. 3º** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 4º** O ensino será desenvolvido com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

Fone/Fax.: (51) 3651-1744 - E-mail: [infraestrutura@saojeronimo.rs.gov.br](mailto:infraestrutura@saojeronimo.rs.gov.br)  
Home Page: [www.saojeronimo.rs.gov.br](http://www.saojeronimo.rs.gov.br)  
CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo - RS



*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO**

VIII – respeito ao piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério.

**Art. 5º** Ao Município compete:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
- II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
- III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal

**Art. 6º** O Sistema Municipal de Ensino compreende os seguintes órgãos:

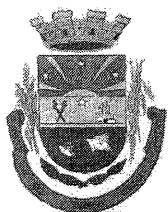
- I - Secretaria Municipal de Educação, órgão executivo das políticas de educação básica no Município;
- II – Conselho Municipal de Educação, órgão colegiado, criado por lei, que integra a estrutura administrativa do Poder Executivo, com funções consultiva, propositiva, mobilizadora, deliberativa, normativa e fiscalizadora;
- III – Conselho da Alimentação Escolar, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e Conselhos Escolares, quando existentes, órgãos colegiados, criados por leis específicas e com finalidades definidas conforme legislação pertinente;
- IV - instituições de ensino de educação infantil, de ensino fundamental e médio, em qualquer das modalidades existentes, mantidas e administradas pelo Poder Público Municipal;
- V - Instituições de educação infantil – creches e pré-escolas - criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Parágrafo único. As instituições de educação infantil mantidas e administradas pela iniciativa privada, referidas no inc. V deste artigo, são todas aquelas definidas nos termos do art. 20 da Lei 9.394/96.

Fone/Fax.: (51) 3651-1744 - E-mail: [infraestrutura@saojeronimo.rs.gov.br](mailto:infraestrutura@saojeronimo.rs.gov.br)

Home Page: [www.saojeronimo.rs.gov.br](http://www.saojeronimo.rs.gov.br)

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo - RS



*Estado do Rio Grande do Sul*

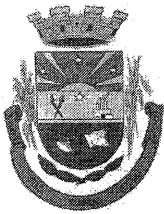
## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO**

**Art. 7º** À Secretaria Municipal de Educação, em colaboração com o Estado e a União e em consonância com legislação vigente e as diretrizes e planos nacionais e regionais de educação, compete:

- I – elaborar e executar as políticas e planos educacionais, integrando e coordenando as ações a serem desenvolvidas no âmbito municipal;
- II – planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar as atividades de ensino e ações diretamente a ele relacionadas, que integram a competência do Município;
- III- criar e manter órgãos oficiais do Sistema Municipal de Ensino, assegurando as condições materiais e estruturais para o regular funcionamento desses órgãos, integrando-os às políticas educacionais nacional e regional;
- IV – exercer a ação redistributiva em relação às suas escolas, considerando os seus projetos pedagógicos, a necessidade da comunidade escolar e as disponibilidades do Poder Público; Educação Legal e Real - Treinamentos em Legislação Educacional
- V – ofertar a educação infantil, em creches e pré-escolas, e o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental;
- VI - zelar pela observância da legislação respectiva e pelo cumprimento das decisões do Conselho Municipal de Educação nas instituições sob sua responsabilidade;
- VII - elaborar normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino;
- VIII - aprovar Planos de Estudos das instituições de ensino sob sua responsabilidade;
- IX - submeter à apreciação do Conselho Municipal de Educação políticas e planos de educação e outros documentos, propostas ou atividades;
- X- aprovar regimentos Escolares;

**Art. 8º** As atividades da Secretaria devem pautar-se pelos princípios de gestão democrática e demais princípios constitucionais, bem como aqueles indicados pela Lei nº 9.394/96 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

**Art. 9º** Ao Conselho Municipal de Educação deverá ser assegurada infraestrutura necessária para o atendimento de seus serviços e atribuições.



*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO**

**Art. 10.** As unidades de ensino da rede pública municipal elaborarão periodicamente sua proposta pedagógica, de acordo com os parâmetros da política educacional do Município e de progressivos graus de autonomia.

**Art. 11.** As instituições de ensino que integram o Sistema Municipal de Educação submetem-se a prévio credenciamento e autorização de funcionamento, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Municipal de Educação.

§1º O credenciamento da instituição e autorização do curso constituem condição para o regular funcionamento da instituição.

§2º A fiscalização das instituições será feita pelo Conselho Municipal de Educação, de acordo as normativas do Conselho Nacional de Educação, do próprio Colegiado, da legislação pertinente e da proposta pedagógica de cada unidade escolar.

**Art. 12.** A proposta pedagógica e o regimento escolar, além das disposições legais sobre educação escolar, constituem referenciais para o credenciamento de instituições de ensino e autorização de funcionamento de cursos, bem como para avaliação de qualidade e fiscalização das atividades desenvolvidas.

**Art. 13.** A gestão democrática do ensino público municipal dar-se-á através da participação dos profissionais da Educação e da comunidade escolar, na elaboração do projeto pedagógico da instituição de ensino e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Parágrafo único. As atribuições dos conselhos escolares ou equivalentes, bem como os processos de escolha dos seus integrantes serão regulamentados em legislação própria.

**Art. 14.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Marcelo Luiz Schreinert,**  
**Prefeito Municipal.**